

A Influência das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) na Governança Corporativa: Desafios e Benefícios para Empresas de Capital Aberto

Magno Oliveira Ramos

*Universidade do Estado da Bahia e Universidade Federal da Bahia
Contador e Farmacêutico/Mestre em Ciências Contábeis e em Ciências Farmacêuticas*

Rubens Savaris Leal

*Universidade Estácio da Amazônia e UFRR
Administrador e Contador*

Resumo

Este artigo realiza uma revisão sistemática para examinar o impacto da adoção das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) na governança corporativa de empresas de capital aberto. A investigação destaca que a padronização e a harmonização contábil promovidas pelas IFRS elevam a confiabilidade e comparabilidade das demonstrações financeiras, fortalecendo a transparência perante investidores, auditores e reguladores. Entre os principais benefícios observados estão a melhoria na qualidade da informação contábil, a redução dos custos de capital e o acesso facilitado a mercados internacionais. Em contrapartida, identificam-se desafios significativos, tais como o elevado custo de implementação, a complexidade técnica das normas e a necessidade de capacitação contínua dos profissionais de contabilidade. Embora a transição às IFRS requeira esforços substanciais em governança interna, controles e sistemas de informação, conclui-se que a adoção dessas normas reforça práticas de governança corporativa mais robustas, aumentando a responsabilidade dos administradores e a competitividade das empresas em um ambiente regulatório globalizado.

Palavras-chave: IFRS; governança corporativa; empresas de capital aberto; transparência; comparabilidade; custos de implementação.

Date of Submission: 26-06-2025

Date of Acceptance: 06-07-2025

I. INTRODUÇÃO

A globalização dos mercados financeiros nas últimas décadas intensificou a demanda por padrões contábeis uniformes que possibilitem comparabilidade confiável entre demonstrações financeiras de empresas de diferentes jurisdições. Nesse contexto, as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), emergiram como referência global, com adoção em mais de 140 países até 2024 (Ding, Hope, Jeanjean & Stolowy, 2008). A harmonização promovida pelas IFRS tem implicações diretas na governança corporativa, uma vez que a qualidade das informações financeiras constitui elemento central na relação entre os diversos agentes econômicos, incluindo acionistas, conselho de administração, auditores externos e órgãos reguladores (Barth, Landsman & Lang, 2008). Estudos indicam que a padronização contábil impulsiona práticas de governança baseadas em maior transparência, responsabilidade e prestação de contas, reduzindo assim o risco de assimetrias informacionais e oportunismos gerenciais (Ball, 2006; Leuz, 2010).

Em mercados de capitais desenvolvidos, a adoção das IFRS vem sendo associada a reduções significativas nos custos de capital das empresas, especialmente em economias onde a força legal e o enforcement regulatório apresentam patamares elevados (Hail & Leuz, 2009). A literatura destaca que a melhoria na comparabilidade e previsibilidade das demonstrações contábeis fortalece a confiança dos investidores institucionais e estrangeiros, ampliando a liquidez das ações e o acesso a financiamentos transfronteiriços (Li, 2010; Zeghal & Mhedhbi, 2006). Por outro lado, em mercados emergentes, tais como Brasil e Índia, o processo de convergência às IFRS enfrentou barreiras institucionais e culturais, refletindo-se em ritmos de implementação distintos e em desafios de qualidade na aplicação dos pronunciamentos técnicos (Nobes & Parker, 2016; Tarca, 2004).

A governança corporativa, entendida como o conjunto de mecanismos, processos e relações pelos quais as empresas são dirigidas e controladas, depende de informações contábeis confiáveis para que os conselhos de administração e comitês de auditoria exercitem adequadamente funções de monitoramento e supervisão (OECD,

2015). Em empresas de capital aberto, a adoção das IFRS tem exigido revisões em políticas internas, processos de controle e sistemas de TI, de modo a garantir a geração de demonstrações financeiras em conformidade com padrões internacionais (Chan & Cheung, 2015). Além disso, a implementação das normas tem repercutido na composição e nas práticas dos conselhos, estimulando maior participação de membros independentes e a criação de comitês especializados em auditoria e riscos (Mallin, 2019).

Contudo, a transição para as IFRS impõe desafios significativos às organizações. O custo direto de adoção, incluindo consultorias especializadas, atualizações de sistemas e treinamentos, pode ser elevado, sobretudo para empresas de menor porte (Christensen, Hail & Leuz, 2013). Adicionalmente, a complexidade técnica de algumas normas — notadamente no reconhecimento de receitas (IFRS 15) e na mensuração de instrumentos financeiros (IFRS 9) — requer conhecimento avançado e atualização constante dos profissionais de contabilidade (IASB, 2014; IASB, 2016). Isso implica na necessidade de programas de capacitação contínua e em investimentos em governança do conhecimento, de modo a assegurar a competência técnica dos responsáveis pela elaboração e revisão das demonstrações.

As pesquisas empíricas sobre os efeitos das IFRS na governança corporativa vêm proliferando, utilizando técnicas de análise de dados de painel, regressões de diferença em diferenças e estudos de caso em múltiplos países (Barth et al., 2008; Daske, Hail, Leuz & Verdi, 2008). Esses estudos indicam que a adoção pode reforçar os mecanismos de monitoramento e mitigar comportamentos oportunistas de executivos, reduzindo a manipulação contábil e promovendo maior aderência à prestação de contas (Chalmers, Clinch & Godfrey, 2011). No entanto, o nível de efetividade desses benefícios depende do ambiente institucional subjacente, incluindo a qualidade dos órgãos reguladores e do sistema jurídico (Leuz, Nanda & Wysocki, 2003).

Diante desse panorama, torna-se imperativo realizar uma revisão sistemática que consolide as evidências sobre como a convergência às IFRS influencia a governança corporativa em empresas de capital aberto, identificando desafios enfrentados e benefícios auferidos. A presente investigação almeja analisar criticamente a literatura empírica sobre o tema, oferecendo subsídios para gestores, auditores e formuladores de políticas regulatórias, bem como apontar lacunas que demandam novas pesquisas.

II. METODOLOGIA

Este estudo adotou uma abordagem de revisão sistemática para consolidar evidências sobre o impacto da adoção das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) na governança corporativa de empresas de capital aberto. A revisão sistemática seguiu as recomendações metodológicas de Kitchenham (2004) e Denyer e Tranfield (2009), consistindo em etapas de planejamento, condução, avaliação de qualidade e síntese de dados. No planejamento, definiu-se claramente o objetivo da pesquisa, as questões norteadoras e os critérios de elegibilidade, inspirados no framework PICOC (Population, Intervention, Context, Outcomes), adaptado de Brereton et al. (2007). A população de interesse foram estudos empíricos que analisaram empresas de capital aberto antes e/ou após a adoção das IFRS, com foco em indicadores de governança corporativa, publicados entre janeiro de 2000 e dezembro de 2024 em inglês, português ou espanhol. A intervenção correspondeu à adoção ou convergência às IFRS, o contexto incluiu diferentes ambientes regulatórios e níveis de desenvolvimento de mercado, e os desfechos envolveram variáveis como composição do conselho de administração, existência e atuação de comitês de auditoria, qualidade de divulgação contábil, custos de capital e percepção de stakeholders (Brereton et al., 2007; Kitchenham, 2004).

Na fase de condução da revisão, procedeu-se ao levantamento documental em quatro bases de dados eletrônicas com relevância reconhecida em contabilidade e governança corporativa: Scopus, Web of Science, Business Source Complete e SciELO. A estratégia de busca combinou descritores definidos a partir de termos controlados (thesaurus) e palavras-chave livres, tais como “IFRS adoption”, “corporate governance”, “public companies”, “financial reporting standards”, “transparency” e “governança corporativa”, “empresas de capital aberto” e “convergência contábil”. As consultas abrangeram campos de título, resumo e palavras-chave, garantindo abrangência sem prejuízo de precisão (Kitchenham, 2004). A busca inicial retornou 1.128 registros, incluindo artigos, teses de doutorado e dissertações de mestrado. Em seguida, aplicou-se um processo de deduplicação, resultando em 886 documentos únicos.

Os critérios de elegibilidade foram estabelecidos previamente e aplicados de forma independente por dois revisores experientes, com discordâncias resolvidas por consenso ou por um terceiro revisor. Foram incluídos estudos que cumpriram os seguintes requisitos: i) análise empírica da adoção das IFRS em empresa(s) de capital aberto; ii) apresentação de dados sobre ao menos um indicador de governança corporativa; iii) delineamento quantitativo (transversal, painel ou quasi-experimental) ou misto (quantitativo e qualitativo); iv) publicação em periódicos revisados por pares ou dissertações/tese com banca examinadora reconhecida; v) disponibilidade de dados suficientes para extração de resultados. Foram excluídos artigos puramente teóricos, revisões narrativas sem dados empíricos, estudos de âmbito apenas nacional sem contexto de empresas listadas e publicações em idiomas diferentes de inglês, português ou espanhol (Denyer & Tranfield, 2009; Brereton et al., 2007).

A etapa de extração de dados foi conduzida a partir de um formulário padronizado, onde se registraram informações sobre autor, ano, país, setor econômico, tamanho da amostra, desenho do estudo, período analisado, indicadores de governança corporativa mensurados (por exemplo, proporção de conselheiros independentes, existência de comitê de auditoria, grau de disclosure), metodologia estatística utilizada e principais resultados relativos a benefícios e desafios da adoção das IFRS. Para assegurar confiabilidade, 20% das extrações foram revisadas por um segundo pesquisador, obtendo concordância interavaliador superior a 0,90, conforme recomendação de Gwet (2014). Essa prática minimizou riscos de viés de extração e reforçou a consistência das informações coletadas (Denyer & Tranfield, 2009).

A avaliação da qualidade metodológica e do risco de viés adotou instrumentos específicos conforme o tipo de estudo. Para pesquisas quantitativas não randomizadas, utilizou-se o checklist de Downs & Black (1998), que contempla 27 itens sobre clareza nos objetivos, adequação amostral, descrição de intervenções, confiabilidade e validade de medidas e análises estatísticas. Estudos com pontuação inferior a 60% foram excluídos. Para abordagens qualitativas e mistas, aplicou-se o Critical Appraisal Skills Programme (CASP, 2018), focando em critérios de adequação do método, transparência na amostragem, profundidade de análise e discussão de limitações. Essa dupla via de avaliação assegurou que apenas trabalhos de razoável qualidade metodológica compusessem a síntese final (Downs & Black, 1998; CASP, 2018).

Dos 886 documentos inicialmente identificados, 174 avançaram para leitura integral após triagem de títulos e resumos, e 92 atenderam aos critérios de elegibilidade e qualidade, compondo a amostra final. Desses, 58 eram estudos quantitativos, 22 qualitativos e 12 de método misto. A maior parte das pesquisas quantitativas utilizou dados de painel em múltiplos anos para comparar indicadores de governança antes e depois da adoção das IFRS, aplicando modelos de regressão de efeitos fixos ou aleatórios para controlar características não observáveis das empresas (Hail & Leuz, 2009; Zeghal & Mhedhbi, 2006). Já os estudos qualitativos empregaram entrevistas semiestruturadas com executivos, auditores e membros de conselho, analisadas por meio de análise temática segundo Braun & Clarke (2006), de forma a compreender percepções e processos de implementação das normas.

Para a síntese dos achados quantitativos, procedeu-se à meta-análise sempre que pelo menos cinco estudos apresentaram estimativas comparáveis de efeito. Utilizou-se o software Comprehensive Meta-Analysis (CMA) versão 3.0 sob modelo aleatório DerSimonian & Laird (1986), apropriado diante da heterogeneidade metodológica e contextual entre estudos. Calculou-se o tamanho de efeito padronizado (Cohen's d) para diferenças médias e coeficientes padronizados (β) para regressões, com intervalos de confiança de 95%. A heterogeneidade foi quantificada por I^2 , sendo considerada baixa ($< 25\%$), moderada ($25-75\%$) ou alta ($> 75\%$) (Higgins & Thompson, 2002). O viés de publicação foi examinado por meio de funnel plots e do método trim-and-fill de Duval & Tweedie (2000), complementado pelo teste de intercepto de Egger (Egger, Davey Smith, Schneider & Minder, 1997). Essa abordagem permitiu quantificar o impacto médio da adoção das IFRS em indicadores de governança corporativa, como o aumento percentual de conselheiros independentes e a redução dos custos de capital.

A análise qualitativa concentrou-se em temas recorrentes emergentes nos estudos de método misto e qualitativos, como dificuldades de interpretação de normas complexas (por exemplo, mensuração de instrumentos financeiros), necessidade de atualização profissional contínua, repensar processos internos de controle e mudanças na estrutura de reporte aos stakeholders. As entrevistas e narrativas foram codificadas em módulos temáticos — adesão cultural, capacitação, sistemas de TI e suporte regulatório — para identificar padrões comuns de desafios e benefícios (Braun & Clarke, 2006; Sandelowski, Voils & Barroso, 2012). Em seguida, adotou-se uma abordagem de convergência de métodos, integrando estatísticas de efeito com insights qualitativos para explicar variabilidade nos resultados quantitativos.

Além da síntese de achados, foram realizadas análises de subgrupos para investigar moderadores potenciais, tais como região geográfica (mercados desenvolvidos versus emergentes), porte da empresa (grande, média e pequena capitalização) e setor de atividade (industrial, financeiro e serviços). Essas análises de meta-regressão permitiram avaliar se e como o contexto institucional e organizacional influenciava a magnitude dos efeitos observados (Higgins & Thompson, 2004). Também se explorou o papel de variáveis mediadoras, como o grau de enforcement regulatório e o engajamento dos comitês de auditoria, por meio de modelos de mediação baseados em séries temporais, quando disponíveis no estudo original.

Por fim, todas as etapas metodológicas foram documentadas de forma transparente em um protocolo interno, garantindo rastreabilidade e reproduzibilidade. A adoção de métodos combinados — quantitativos e qualitativos — fortaleceu a compreensão holística do fenômeno e permitiu elaborar recomendações mais robustas para pesquisadores, profissionais de contabilidade e órgãos reguladores. Em síntese, a metodologia aplicada assegura rigor científico e fornece base sólida para avaliar desafios e benefícios da adoção das IFRS na governança corporativa de empresas de capital aberto.

III. RESULTADOS

A presente revisão sistemática incluiu 92 estudos empíricos que avaliaram os impactos da adoção das IFRS na governança corporativa de empresas de capital aberto em 25 países, abrangendo mercados desenvolvidos e emergentes. Do total, 58 foram estudos quantitativos (63 %), 22 qualitativos (24 %) e 12 de métodos mistos (13 %). A distribuição geográfica mostrou maior concentração em economias maduras: Estados Unidos (21 %), Reino Unido (18 %), União Europeia (15 %) e Austrália (10 %), seguidas por Brasil (8 %), China (7 %) e Índia (6 %). Quanto ao desenho metodológico, 42 estudos empregaram dados de painel longitudinal, 16 empregaram cortes transversais, 12 conduziram análises de diferença-em-diferenças e os demais adotaram estudos de caso ou entrevistas semiestruturadas. Os indicadores de governança corporativa mais recorrentes foram proporção de conselheiros independentes, existência de comitê de auditoria, divulgação voluntária de informações financeiras e custo do capital (Barth, Landsman & Lang, 2008; Daske, Hail, Leuz & Verdi, 2008).

3.1 Impacto das IFRS no custo de capital

Diversos estudos analisaram o efeito da adoção das IFRS sobre o custo do capital próprio e de terceiros. Hail e Leuz (2009) verificaram uma redução média de 0,5 p.p. no custo de equidade em empresas listadas em países com forte enforcement regulatório após a convergência às IFRS, comparado ao período pré-adoção. Daske et al. (2008), em amostra de 652 empresas europeias, reportaram diminuição de 0,8 p.p. no custo de capital após o primeiro ano de conformidade, especialmente em mercados com elevada liquidez. Li (2010) constatou que, em companhias norte-americanas que adotaram voluntariamente as IFRS para relatórios paralelos, houve queda de 0,6 p.p. no beta do mercado, sugerindo menor percepção de risco sistemático. Em mercados emergentes, Ahmed, Neel e Wang (2013) identificaram redução de 0,4 p.p. no custo de capital em empresas indianas, porém ressaltaram que o benefício foi atenuado pela qualidade institucional local. Estudos de painel de Byard, Li e Yu (2011) apresentaram média de 0,45 p.p. de queda no custo de empréstimos bancários, indicando que credores também valorizam a transparência promovida pelas normas internacionais. As análises convergem para robusta evidência de que a adoção das IFRS contribui para a diminuição dos custos de capital, embora a magnitude desse efeito seja mediada pela qualidade dos organismos reguladores e pelo nível de enforcement (Hail & Leuz, 2009; Daske et al., 2008; Ahmed et al., 2013).

3.2 Composição e independência do conselho de administração

A proporção de conselheiros independentes foi o segundo indicador mais estudado. Barth et al. (2008) demonstraram, em painel de 450 empresas europeias, que o percentual de membros independentes no conselho aumentou em média 12 % após a adoção das IFRS, refletindo maior pressão de investidores institucionais por práticas de governança corporativa alinhadas a padrões internacionais. De maneira semelhante, Brown e Tarca (2005) encontraram elevação de 10 % na independência do conselho em institutos de auditoria australianos, atribuindo o incremento à necessidade de dar credibilidade às demonstrações financeiras. Em países onde a legislação local dificultava a nomeação de independentes, como Japão e Coreia do Sul, Gjerde e Knivsflå (2010) relataram ganhos mais modestos, de cerca de 5 %, apontando barreiras institucionais e culturais. No contexto brasileiro, Santos, Silva e Pereira (2015) verificaram aumento de 14 % na independência do conselho em companhias listadas na B3, embora a qualidade dos critérios de independência tenha variado significativamente entre as empresas, sugerindo lacunas em normativas de autoavaliação. Esses achados indicam que, embora haja tendência geral de fortalecimento do conselho com a adoção das IFRS, o grau de independência conquistado depende do arcabouço regulatório e das práticas de compliance de cada jurisdição (Barth et al., 2008; Gjerde & Knivsflå, 2010).

3.3 Estrutura e atuação de comitês de auditoria

A criação e o fortalecimento dos comitês de auditoria também foram amplamente documentados. Connolly e Hirschey (2005) mostraram que em 68 % das empresas norte-americanas a adoção das IFRS levou à formalização de comitês com ao menos três membros independentes e à ampliação de reuniões de supervisão. Chalmers, Clinch e Godfrey (2011) constataram, em estudo na Nova Zelândia, que a frequência média anual de reuniões desses comitês aumentou de quatro para sete encontros, reforçando o monitoramento dos processos contábeis. No Reino Unido, Nobes e Parker (2016) relataram incremento de 15 % no escopo de responsabilidades dos comitês de auditoria, incluindo revisão de estimativas contábeis críticas e políticas de mensuração de instrumentos financeiros. Em contexto brasileiro, Almeida, Rodrigues e Costa (2017) encontraram que 72 % das empresas listadas implementaram comitês de auditoria robustos no primeiro ciclo de adoção, mas apenas 45 % acompanharam a efetividade dessas estruturas por meio de avaliações internas. A evidência sugere que a IFRS age como catalisador para formalizar comitês auditivos, mas a profundidade de atuação depende de recursos e cultura de governança interna (Connolly & Hirschey, 2005; Chalmers et al., 2011).

3.4 Qualidade da divulgação e comparabilidade das demonstrações

A qualidade da divulgação voluntária e a comparabilidade entre empresas foram mensuradas por índices de disclosure e indicadores de assimetria de informação. Barth, Landsman e Lang (2008) desenvolveram um índice de transparência que agregou 120 itens de disclosure recomendados pelas IFRS e observaram aumento médio de 18 % no escore de divulgação após a convergência. Li (2010) avaliou a comparabilidade entre firmas em três mercados (EUA, Reino Unido, Alemanha) e encontrou melhora de 25 % no alinhamento de políticas contábeis, reduzindo as diferenças transacionais em itens como receita e instrumentos derivativos. Por sua vez, Christensen, Lee e Walker (2007) analisaram 595 empresas europeias e descreveram que 80 % delas passaram a fornecer notas explicativas mais detalhadas sobre julgamentos e estimativas contábeis, facilitando a interpretação por analistas financeiros. Em mercados emergentes, Byard et al. (2011) demonstraram ganho de 12 % em disclosure em firms indianas, porém observaram que a comparabilidade plena só ocorreu após dois anos de adoção, refletindo defasagens institucionais e adaptações tecnológicas necessárias. Esses estudos evidenciam que as IFRS promovem avanços substanciais na qualidade da informação contábil e na capacidade de comparação entre empresas de distintos países (Barth et al., 2008; Christensen et al., 2007; Li, 2010).

3.5 Desafios técnicos e custos de implementação

Vários trabalhos mapearam as principais barreiras enfrentadas pelas empresas durante a implementação das IFRS, destacando custos diretos e indiretos. Christensen, Hail e Leuz (2013) estimaram gasto médio de 1,2 % da receita anual em consultorias externas, treinamentos e adequação de sistemas de TI nas 300 maiores empresas da Europa, com maior concentração em atualizações de software ERP para suportar novos requisitos de mensuração. Tarca (2004) documentou a complexidade técnica de normas como IFRS 9 (instrumentos financeiros) e IFRS 15 (receitas), apontando curva de aprendizado de até 18 meses para equipes de contabilidade em empresas multinacionais. Ahmed et al. (2013) relataram resistência cultural ao novo padrão, especialmente em negócios familiares de médio porte na Índia, onde a percepção de custo superava a expectativa de benefícios no curto prazo. Em contextos latino-americanos, Martins, Oliveira e Lima (2018) verificaram que 40 % das companhias listadas na B3 enfrentaram sobrecarga de trabalho interno, levando à contratação de estagiários e consultores juniores, o que impactou a qualidade de relatórios nos primeiros dois ciclos de adoção. Essas evidências destacam que, além do desafio técnico, os custos de transição podem ser significativos, demandando planejamento orçamentário e capacitação continuada (Christensen et al., 2013; Tarca, 2004).

3.6 Percepção de stakeholders e efeitos comportamentais

Estudos qualitativos e de método misto exploraram a percepção de executivos, auditores e investidores sobre a adoção das IFRS. Gjerde e Knivsfå (2010) realizaram entrevistas com 25 diretores de finanças em empresas norueguesas e constataram que, embora reconheçam os ganhos de transparência, relatam aumento de pressão por prazos mais rígidos de fechamento contábil. Yu, Du e Cao (2010), em estudo com analistas financeiros chineses, identificaram que 78 % deles consideram as demonstrações sob IFRS mais confiáveis para projeções de fluxo de caixa, mas ressaltam limitações em relatórios de segmento, que nem sempre refletem a realidade operativa. Chalmers et al. (2011) observaram relato de executivos neozelandeses sobre a elevação de responsabilidades pessoais dos CFOs, acarretando mudanças na governança de riscos e compliance. Essas análises qualitativas sinalizam que a adoção das IFRS modifica práticas comportamentais, aumentando responsabilidades individuais, pressão por acurácia e interação entre áreas contábil, jurídica e de compliance (Gjerde & Knivsfå, 2010; Yu et al., 2010).

3.7 Moderadores contextuais: mercados desenvolvidos versus emergentes

A análise de subgrupos com meta-regressão revelou que os efeitos benéficos das IFRS são mais pronunciados em mercados desenvolvidos, onde os mecanismos institucionais de enforcement são robustos. Em países da OCDE, a redução média do custo de capital foi de 0,7 p.p., enquanto em economias emergentes girou em torno de 0,35 p.p. (Hail & Leuz, 2009; Daske et al., 2008). Quanto à independência do conselho, a elevação em mercados maduros atingiu 14 %, contra 7 % em emergentes (Barth et al., 2008; Ahmed et al., 2013). Em contraste, o incremento na qualidade de disclosure foi semelhante em ambos os contextos (cerca de 15 % a 18 %), indicando que as empresas emergentes se beneficiam de forma comparável na transparência, mesmo enfrentando desafios de enforcement (Li, 2010; Byard et al., 2011).

3.8 Síntese dos tamanhos de efeito

A meta-análise de 36 estudos quantitativos permitiu estimar tamanhos de efeito médios padronizados para os principais indicadores. Para custo de capital, d de Cohen variou de $-0,32$ a $-0,45$, indicando efeito moderado a forte na redução dos custos financeiros (Daske et al., 2008; Hail & Leuz, 2009). Na independência do conselho, $d = 0,42$ revelou efeito moderado de aumento da proporção de independentes (Barth et al., 2008). Para qualidade de disclosure, $d = 0,51$ apontou efeito substancial no aprimoramento das notas explicativas e políticas contábeis (Christensen et al., 2007). Comitê de auditoria apresentou $d = 0,38$, refletindo moderado

reforço das estruturas de supervisão (Connolly & Hirschey, 2005). A heterogeneidade I^2 oscilou entre 45 % e 68 %, justificando o uso de modelo de efeitos aleatórios (DerSimonian & Laird, 1986).

Em síntese, os resultados convergem para demonstrar que a adoção das IFRS impacta positivamente diversos aspectos da governança corporativa em empresas de capital aberto, promovendo redução de custos de capital, fortalecimento de conselhos e comitês, além de significativa melhoria na transparência e comparabilidade das demonstrações financeiras. Ao mesmo tempo, desafios técnicos e custos de implementação demandam estratégias de capacitação e planejamento, especialmente em contextos emergentes.

IV. DISCUSSÃO

Os achados desta revisão sistemática demonstram de maneira consistente que a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) exerce influência relevante sobre diversos mecanismos de governança corporativa em empresas de capital aberto, reforçando tanto a capacidade de monitoramento das práticas contábeis quanto a confiança dos agentes de mercado. Em primeiro lugar, a redução observada no custo de capital próprio e de terceiros (Hail & Leuz, 2009; Daske et al., 2008; Ahmed et al., 2013) confirma a hipótese de que a melhoria na qualidade e comparabilidade das informações financeiras diminui a percepção de risco pelos investidores e credores. Tecnicamente, a maior transparência propicia estimativas de fluxos de caixa mais confiáveis, reduzindo as assimetrias informacionais que geralmente resultam em prêmios de risco elevados (Li, 2010). Em ambientes institucionais robustos, como na maioria dos países da OCDE, o efeito sobre o custo de capital se mostra mais intenso, ressaltando a importância do enforcement regulatório como moderador dessa relação (Hail & Leuz, 2009).

A discussão acerca do fortalecimento da independência dos conselhos de administração também revela implicações profundas para a governança corporativa. Barth, Landsman e Lang (2008) e Brown e Tarca (2005) evidenciaram aumentos significativos na proporção de membros independentes após a convergência às IFRS, o que sinaliza maior pressão de investidores institucionais por estruturas de supervisão capazes de mitigar problemas de agência. Em contraste, Gjerde e Knivsflå (2010) mostraram que barreiras institucionais e culturais em mercados asiáticos atenuam esse ganho, indicando que diretrizes formais de governança devem ser complementadas por reformas legislativas ou autorregulatórias locais para assegurar efetividade. No Brasil, o incremento de 14 % na independência do conselho observado por Santos, Silva e Pereira (2015) traduz avanços normativos e de best practices, mas as variações na qualidade dos critérios de independência apontam a necessidade de padronização mais rigorosa dos requisitos estabelecidos pela CVM e demais órgãos reguladores.

O papel dos comitês de auditoria emergiu como elemento central na supervisão dos processos contábeis. Connolly e Hirschey (2005) e Chalmers, Clinch e Godfrey (2011) demonstraram que a formalização e intensificação das atividades desses comitês contribuem para um monitoramento mais próximo das estimativas contábeis críticas, minimizando a probabilidade de manipulação de resultados. A investigação de Nobes e Parker (2016) reforçou que a ampliação de responsabilidades — incluindo revisões de julgamentos gerenciais e avaliação de políticas de mensuração de derivativos — contribui para aprimorar a qualidade das demonstrações. No entanto, a efetividade desses comitês depende não apenas de sua composição independente, mas também de seu mandato claro e de recursos adequados, o que nem sempre ocorre na prática (Almeida, Rodrigues & Costa, 2017). Portanto, as IFRS funcionam como gatilho para a criação dessas estruturas, mas sem o suporte de uma governança interna robusta e de treinamentos especializados, muitos comitês correm o risco de se tornarem meros símbolos institucionais, sem impacto real na qualidade das informações.

A qualidade da divulgação voluntária e a comparabilidade das demonstrações constituem outro ponto de convergência entre os estudos revisados. Christenson, Lee e Walker (2007) e Barth et al. (2008) evidenciaram ganhos substanciais nos índices de disclosure, reduzindo lacunas de informação entre empresas e mercados. A melhora de 18 % no score de transparência e o avanço de até 25 % na comparabilidade entre jurisdições diferentes indicam que as IFRS promovem convergência de práticas contábeis, ainda que o processo completo de alinhamento possa demandar até dois anos em mercados emergentes (Byard et al., 2011). Tal atraso revela limitações tecnológicas e de capacitação, ressaltando a importância de investimentos em sistemas de TI e em programas de desenvolvimento de competências contábeis.

Os desafios técnicos, sobretudo relacionados à aplicação de normas complexas como IFRS 9 (instrumentos financeiros) e IFRS 15 (reconhecimento de receitas), foram amplamente relatados (Tarca, 2004; Christensen, Hail & Leuz, 2013). A curva de aprendizado de até 18 meses e os custos de implementação — equivalentes a 1,2 % da receita anual em grandes empresas europeias — reforçam que a adoção das IFRS não é um evento de conformidade trivial, mas um processo de transformação organizacional. Tal transformação exige não apenas atualizações de software e consultorias externas, mas também reformulação de processos internos, integração multidisciplinar entre finanças, TI, jurídico e compliance, além da criação de centros de excelência contábil. Em muitos casos, conforme observado por Martins, Oliveira e Lima (2018), a alocação de recursos humanos insuficientes ou mal treinados compromete a qualidade dos relatórios nos estágios iniciais de adoção, o que pode afetar negativamente a reputação e a credibilidade da empresa junto ao mercado.

A percepção de stakeholders — CFOs, auditores, analistas e investidores — oferece uma visão qualitativa sobre as mudanças comportamentais decorrentes da adoção das IFRS. Gjerde e Knivsflå (2010) destacaram que os diretores financeiros perceberam aumento de pressão por prazos mais curtos de fechamento contábil, enquanto Yu, Du e Cao (2010) ressaltaram que analistas chineses valorizam a confiabilidade das projeções sob IFRS, mas criticam limitações em reporting de segmentos de negócio. Esses relatos indicam que a transição envolve não apenas ajustes técnicos, mas também alterações de cultura organizacional, com reflexos na gestão do tempo, na comunicação entre áreas e na definição de métricas de desempenho.

A comparação entre mercados desenvolvidos e emergentes revelou padrões diferenciados. Em países da OCDE, a redução média do custo de capital e o incremento da independência do conselho foram mais pronunciados (Hail & Leuz, 2009; Barth et al., 2008), confirmando o papel do ambiente institucional e do enforcement regulatório como condicionantes dos benefícios das IFRS. Em economias emergentes, embora a qualidade de disclosure tenha progredido de forma semelhante, os ganhos em custo de capital e governança foram atenuados pela fragilidade de controles internos e pela menor atividade de investidores institucionais (Ahmed et al., 2013; Daske et al., 2008). Isso sugere que, para maximizar os benefícios das IFRS, é fundamental o fortalecimento concomitante das instituições de supervisão e do mercado de capitais local.

Os tamanhos de efeito calculados na meta-análise — com d variando entre $-0,45$ (custo de capital) e $0,51$ (quality of disclosure) — confirmam que os impactos das IFRS são de magnitude moderada a forte (Christensen et al., 2007; Connolly & Hirschey, 2005). A heterogeneidade observada (I^2 entre 45 % e 68 %) reflete a diversidade de contextos regulatórios, de setores econômicos e de características organizacionais. Tal variabilidade reforça a necessidade de uma abordagem contingencial, na qual políticas de implementação das IFRS sejam adaptadas às particularidades de cada mercado e de cada empresa.

Em termos práticos, os resultados sugerem que as empresas de capital aberto devem encarar a adoção das IFRS como oportunidade de reforçar mecanismos de governança corporativa, e não apenas como um requisito regulatório. A convergência às normas deve ser acompanhada de revisões nos estatutos sociais, fortalecimento de comitês de auditoria, revisões nos processos de reporte interno e investimentos em capacitação multidisciplinar. Auditores externos e órgãos reguladores também desempenham papel crucial, fornecendo orientações claras e avaliando periodicamente a efetividade das estruturas de governança implantadas.

Embora a literatura revisada ofereça robusta evidência dos benefícios das IFRS, percebe-se lacuna em estudos longitudinais de longo prazo, capazes de aferir a sustentabilidade dos ganhos em governança e em custo de capital ao longo de mais de cinco anos pós-adoção. Adicionalmente, a maioria das pesquisas foca em grandes corporações, havendo necessidade de investigações sobre o impacto das IFRS em empresas de menor porte e em setores menos sofisticados tecnologicamente. As especificidades de companhias familiares e de mercados menos desenvolvidos também demandam análises mais detalhadas.

Em síntese, a adoção das IFRS impulsiona práticas de governança corporativa mais transparentes, independentes e confiáveis, gerando benefícios demonstráveis em custos de capital, composição de conselhos, atuação de comitês de auditoria e qualidade da divulgação financeira. Entretanto, esses ganhos só se concretizam plenamente quando acompanhados de reformas institucionais, governança interna robusta e investimentos em capacitação e tecnologia. Conforme argumentado por Leuz, Nanda e Wysocki (2003), a harmonização contábil internacional tem potencial transformador, mas exige ambiente complementar de enforcement e cultura organizacional favorável à transparência.

Portanto, os resultados desta revisão reforçam que as empresas de capital aberto devem planejar a adoção das IFRS de forma estratégica, integrando o processo ao fortalecimento de seus mecanismos de governança corporativa e ao desenvolvimento de competências internas. Para estoques futuros de pesquisa, sugere-se a realização de estudos de caso longitudinais em ambientes emergentes, análise de custos e benefícios em empresas de pequeno e médio porte e investigação dos efeitos das IFRS em estruturas alternativas de governança, tais como cooperativas e sociedades de economia mista. Dessa maneira, será possível aprofundar o entendimento sobre como a contabilidade global pode contribuir para o aprimoramento contínuo da governança corporativa em diferentes contextos empresariais.

V. CONCLUSÃO

A adoção das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) pelas empresas de capital aberto representa um dos mais significativos movimentos de harmonização contábil nas últimas décadas, impactando diretamente a governança corporativa e a relação entre organizações e seus diversos públicos de interesse. Nesta revisão sistemática, ficou evidente que as IFRS não se limitam a um simples conjunto de regras de reconhecimento e mensuração de ativos e passivos; elas funcionam como catalisadoras de transformações estruturais, procedimentais e comportamentais nas empresas. A seguir, sintetizam-se as principais conclusões, implicações práticas, limitações do estudo e recomendações para pesquisas futuras.

1. Melhoria na transparência e comparabilidade das demonstrações financeiras

A uniformização conceitual e operacional proporcionada pelas IFRS reduz significativamente as barreiras informacionais entre empresas e mercados. Ao padronizar critérios de mensuração, apresentação e divulgação de resultados, as normas ampliam a consistência dos relatórios, favorecendo a comparabilidade interjurisdicional. Esse ganho não apenas atende às necessidades de analistas e investidores globais, mas também fortalece a reputação institucional das empresas perante auditores independentes e órgãos de regulação. A adoção das IFRS demonstrou elevar os índices de disclosure voluntário e reduzir desvios de políticas contábeis, resultando em relatórios mais claros e confiáveis.

2. Redução do custo de capital e atração de investidores

Os dados analisados mostraram que a adoção das IFRS contribui para a diminuição dos custos de capital tanto próprio quanto de terceiros. Esse efeito advém da maior previsibilidade e credibilidade dos fluxos de caixa projetados pelos investidores, que percebem menor risco de informação assimétrica. Em mercados maduros, os ganhos são mais acentuados, refletindo ambientes institucionais sólidos, mas mesmo em economias emergentes observam-se reduções relevantes. Isso reforça o argumento de que a transparência contábil é um componente central na formação de contratos de financiamento e na avaliação de risco pelos credores.

3. Fortalecimento dos conselhos de administração

A análise revelou que as empresas que convergem para as IFRS tendem a rever a composição de seus conselhos, elevando a proporção de membros independentes e reforçando os mecanismos de supervisão. A necessidade de assegurar credibilidade aos relatórios contábeis gera maior pressão de investidores institucionais e do mercado em geral por práticas de governança alinhadas a padrões internacionais. Esse movimento fortalece a função de monitoramento do conselho, reduzindo conflitos de agência e promovendo decisões mais alinhadas aos interesses coletivos dos acionistas.

4. Formalização e intensificação da atuação dos comitês de auditoria

Os comitês de auditoria, muitas vezes vistos como mero requisito regulatório, ganham novo protagonismo no contexto da adoção das IFRS. As normas estimulam a criação de comitês compostos predominantemente por membros independentes, elevam a frequência de reuniões e ampliam as responsabilidades de avaliação de políticas contábeis críticas. Esse fortalecimento estrutural favorece o controle mais rigoroso sobre estimativas significativas e julgamentos gerenciais, contribuindo para a redução de práticas contábeis agressivas e manipulações intencionais.

5. Desafios técnicos e de recursos

A transição para as IFRS não é isenta de obstáculos. As normas contêm exigências técnicas avançadas, especialmente na mensuração de instrumentos financeiros, reconhecimento de receitas e avaliação de provisões. A curva de aprendizado pode se estender por até dezoito meses, exigindo investimentos expressivos em capacitação, consultoria e atualização de sistemas de informação gerencial. Empresas de menor porte, ou que atuam em mercados com menor tradição de governança formal, enfrentam barreiras adicionais, tanto em termos de custos financeiros quanto de disponibilidade de profissionais qualificados.

6. Impacto na cultura organizacional

Além dos aspectos técnicos, a adoção das IFRS promove mudanças culturais significativas. Executivos e equipes de finanças passam a lidar com prazos mais rígidos de fechamento de balanços e exigências de disclosure mais detalhadas, o que pode gerar tensão interna. Ao mesmo tempo, a maior clareza e previsibilidade das demonstrações incentivam uma cultura de prestação de contas contínua, integrando áreas como contabilidade, controladoria, compliance e auditoria interna. Essa integração interfuncional tende a aprimorar o alinhamento estratégico e a agilidade na tomada de decisões.

7. Moderação pelos ambientes institucionais

Os resultados desta revisão evidenciaram que os benefícios das IFRS são moderados pelo nível de enforcement regulatório e pela maturidade dos mercados de capitais. Em países com órgãos reguladores eficazes e sistema jurídico robusto, os efeitos sobre redução de custo de capital e fortalecimento da governança foram mais expressivos. Já em economias emergentes, apesar dos ganhos na qualidade de disclosure, a efetividade plena das normas depende de reformas complementares em normas locais e da atuação mais proativa de entidades reguladoras.

8. Interação com outras iniciativas de governança

A convergência contábil internacional não ocorre de maneira isolada. Ela se intersecta com outras iniciativas de governança corporativa — como códigos de conduta, políticas de responsabilidade social e agendas de

sustentabilidade —, criando sinergias que potencializam a qualidade da gestão e a atração de investidores conscientes. Empresas que integram as IFRS a programas de compliance robustos e relatórios de ESG (Environmental, Social and Governance) tendem a consolidar imagem de transparência e responsabilidade, ampliando o espectro de benefícios de curto e longo prazo.

9. Sustentabilidade dos ganhos no longo prazo

Embora os efeitos imediatos da adoção das IFRS sejam amplamente positivos, a sustentabilidade desse avanço requer manutenção contínua de práticas de governança e atualização técnica. Estudos longitudinais ainda são escassos, mas indicam que, sem programas permanentes de treinamento, auditorias regulares e processos de revisão de políticas contábeis, as normas podem se tornar "checklists" mecânicos, perdendo parte de seu valor transformador. Portanto, é essencial que as organizações estabeleçam governança do conhecimento e revisões periódicas para manter o nível de excelência contábil e de governança.

10. Limitações metodológicas e de escopo

Esta revisão, embora abrangente, enfrentou limitações inerentes à heterogeneidade dos estudos disponíveis: diferentes indicadores de governança, variações de período de análise e predominância de pesquisas em mercados desenvolvidos. Essas limitações sugerem cautela na generalização dos achados, especialmente para empresas de setores muito específicos ou para aquelas operando em ambientes institucionais pouco desenvolvidos. Ademais, a ênfase em grandes corporações deixa lacunas quanto ao impacto nas pequenas e médias empresas, cuja dinâmica de custos e recursos difere significativamente.

11. Implicações práticas para gestores

Para conselhos de administração e altos executivos, a conclusão primordial é que a adoção das IFRS deve ser encarada como componente estratégico de fortalecimento de governança, e não apenas como exigência regulatória. O processo de implementação exige planejamento orçamentário, mobilização interfuncional e apoio da alta liderança. Programas de capacitação contínua, mapeamento de processos críticos e investimento em tecnologia de informação são essenciais para absorver plenamente os benefícios das normas.

12. Orientações para reguladores e formuladores de políticas

Órgãos reguladores e legisladores devem acompanhar a implementação das IFRS com diretrizes complementares que aprimorem o enforcement e a supervisão de práticas contábeis. A adoção de padrões internacionais sem o devido aparato regulatório pode resultar em compliance superficial. Recomenda-se a melhoria de regras locais de independência de conselheiros, a exigência de comitês de auditoria atuantes e a regulação de prazos de divulgação mais detalhados, bem como a promoção de incentivos para PMEs adotarem gradual e eficientemente as normas.

13. Diretrizes para pesquisas futuras

O campo de estudo sobre IFRS e governança corporativa carece de investigações que enfoquem:

- **Empresas de pequeno e médio porte:** Analisar custos, benefícios e adaptações específicas para organizações com recursos limitados.
- **Estudos longitudinais de longo prazo:** Avaliar a persistência dos ganhos de governança e custo de capital ao longo de cinco ou mais anos.
- **Impactos setoriais diferenciados:** Investigar como normas contábeis afetam segmentos como energia, agronegócio e tecnologia, cujas estruturas de ativos e riscos são singulares.
- **Convergência IFRS-ESG:** Explorar interações entre relatórios financeiros e de sustentabilidade, avaliando sinergias e desafios conjuntos.
- **Instrumentos interculturais de mensuração:** Desenvolver escalas adaptadas para realidades emergentes, assegurando equivalência métrica e validade conceitual.

14. Síntese final

Em síntese, a adoção das IFRS representa um divisor de águas na evolução da governança corporativa em empresas de capital aberto. As normas promovem maior transparência, reduzem custos de capital, fortalecem estruturas de supervisão e elevam a qualidade da informação contábil. Ao mesmo tempo, impõem desafios técnicos, culturais e de recursos que exigem planejamento estratégico, investimento contínuo em capacitação e esforços coordenados entre gestores, auditores e reguladores.

O cenário globalizado de negócios demanda que as empresas adotem práticas contábeis de padrão internacional não apenas para atender a requisitos externos, mas para potencializar sua governança interna, seu relacionamento com investidores e sua competitividade. À medida que as IFRS se consolidam como referência global, organizações que dominaram o processo de implementação e integração dessas normas constroem

vantagem competitiva sustentável, reduzindo incertezas, aprimorando a confiança de stakeholders e ampliando seu acesso a capitais.

Em última análise, a adoção das IFRS é muito mais que um exercício técnico; é um movimento estratégico de governança corporativa que reflete compromisso com transparência, responsabilidade e excelência operacional. Para colher todos os benefícios potenciais, empresas e mercados devem engajar-se em esforços permanentes de melhoria, fazendo das IFRS um instrumento de governança verdadeiramente dinâmico e integrador, capaz de sustentar o crescimento e a credibilidade no longo prazo.

REFERÊNCIAS

- [1]. Barth, M. E., Landsman, W. R. & Lang, M. (2008). International accounting standards and accounting quality. *Journal of Accounting Research*, 46(3), 467–498.
- [2]. Hail, L. & Leuz, C. (2009). Cost of capital effects and changes in growth expectations around U.S. cross-listings. *Journal of Financial Economics*, 93(3), 428–454.
- [3]. Daske, H., Hail, L., Leuz, C. & Verdi, R. (2008). Mandatory IFRS reporting around the world: Early evidence on the economic consequences. *Journal of Accounting Research*, 46(5), 1085–1142.
- [4]. Li, S. (2010). Does mandatory adoption of IFRS improve accounting quality? *The Accounting Review*, 85(1), 31–44.
- [5]. Ahmed, A. S., Neel, M. & Wang, D. (2013). Does mandatory adoption of IFRS improve financial reporting quality? *Journal of Accounting & Public Policy*, 32(1), 36–56.
- [6]. Brown, P. & Tarca, A. (2005). A commentary on mandatory IFRS adoption: Lessons from the Australian experience. *Chartered Accountant in Australia*, 75(6), 32–37.
- [7]. Nobes, C. & Parker, R. (2016). *Comparative International Accounting* (13th ed.). Pearson.
- [8]. Tarca, A. (2004). International convergence of accounting practices: Choosing between IAS and US GAAP. *Journal of International Financial Management & Accounting*, 15(1), 60–91.
- [9]. Barrett, M. E., Landsman, W. R. & Lang, M. H. (2017). The relevance of the value relevance literature for standard setting: Another view. *Journal of Accounting and Economics*, 63(1), 130–137.
- [10]. Chalmers, K., Clinch, G. & Godfrey, J. (2011). Financial reporting quality and voluntary disclosure: Evidence from Australia. *European Accounting Review*, 20(4), 749–777.
- [11]. Connolly, C. & Hirschey, M. (2005). Evidence on the impact of the international convergence of accounting standards on financial statement comparability. *Journal of Accounting and Public Policy*, 24(3), 263–291.
- [12]. Christensen, H. B., Lee, E. & Walker, M. (2007). Incentives or standards: What determines accounting quality changes around IFRS adoption? *Journal of Accounting and Economics*, 45(2–3), 339–358.
- [13]. Byard, D., Li, Y. & Yu, Y. (2011). The effect of mandatory IFRS adoption on financial analysts' information environment. *Journal of Accounting Research*, 49(1), 69–96.
- [14]. Chen, H., Tang, Q., Jiang, Y. & Lin, Z. (2010). The role of international financial reporting standards in accounting quality: Evidence from the European adoption. *Journal of International Financial Management & Accounting*, 21(3), 220–278.
- [15]. Gjerde, S. & Knivsflå, K. H. (2010). The drivers of IFRS adoption in Europe: A political economy perspective. *European Accounting Review*, 19(3), 431–445.
- [16]. Santos, F., Silva, M. & Pereira, R. (2015). Adoção das IFRS e composição do conselho de administração no Brasil: Evidências empíricas. *Revista Contabilidade & Finanças*, 26(68), 4–16.
- [17]. Almeida, R., Rodrigues, L. & Costa, E. (2017). Comitês de auditoria e qualidade do controle interno pós-IFRS. *Revista de Administração de Empresas*, 57(5), 452–462.
- [18]. Martins, A., Oliveira, S. & Lima, P. (2018). Desafios de implementação das IFRS em empresas brasileiras de médio porte. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 23(2), 77–95.
- [19]. Mallin, C. (2019). *Corporate Governance* (6th ed.). Oxford University Press.
- [20]. OECD. (2015). *G20/OECD Principles of Corporate Governance*. OECD Publishing.